



CONFLITOS E DISPUTAS ENTRE OS INDÍGENAS COROADOS (KAINGANG) DA REGIÃO DO MATO CASTELHANO (PASSO FUNDO-RS) E OS NÃO INDÍGENAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

CONFLICTS AND DISPUTES BETWEEN THE COROADOS INDIGENOUS PEOPLE (KAINGANG) OF THE MATO CASTELHANO REGION (PASSO FUNDO-RS) AND NON-INDIGENOUS PEOPLES IN THE FIRST HALF OF THE XIX CENTURY

Marcus Vinícius da Costa¹

RESUMO

O objetivo do texto a seguir é apresentar os principais resultados da pesquisa desenvolvida sobre os Indígenas Coroados (Kaingang) na região do Mato Castelhana (Distrito do Passo Fundo - RS) na primeira metade do século XIX, bem como problematizar os deslocamentos de parte deste grupo para aldeamentos estimulados pelo governo provincial e lideranças indígenas. Esta etapa da pesquisa é continuação da pesquisa realizada em 2020-2021 e que teve sequência em 2021-2022, ambas pelo Edital de Fomento Interno do IFRS-Campus Ibirubá. O corpus documental da pesquisa foi os ofícios dirigidos ao presidente da Província do Rio Grande de São Pedro pelas autoridades da Câmara de Vereadores da Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, na qual a região do Mato Castelhana estava situada na primeira metade do século XIX, tanto quanto os relatos de época. A metodologia seguiu as discussões da História Cultural e da História Indígena e os resultados obtidos com este esforço serão apresentados a seguir. A realização desta pesquisa propiciou a bolsista envolvida, o conhecimento da Iniciação Científica, bem como, propiciou um espaço para discussões sobre metodologia da pesquisa histórica. Além destas questões, mais relacionadas a pesquisa-ensino, foi possível ampliar nossa visão a respeito do processo histórico de apropriação dos territórios indígenas do grupo Kaingang, na região em foco, por não indígenas ao longo do século XIX, percebendo as resistências e enfrentamentos que este povo realizou.

PALAVRAS-CHAVE: História Indígena; Coroados; Kaingang.

ABSTRACT

This work aims to present the main results of the research developed about the Coroados Indians (Kaingang) in the region of Mato Castelhana (District of Passo Fundo - RS) in the first half of the 19th century, as well as to discuss the displacements of part of this group to villages. These

¹Doutor em História Cultural pela UFSC e Mestre em Integração Latino-Americana, na área de História Latino-Americana, pela UFSM. É Licenciado em História pela UNIJU. Trabalhou como docente junto à Udesc, UFFS, IFC e atualmente atua como docente no IFRS-Campus Ibirubá. Pesquisa História Indígena, trabalhando principalmente com pesquisas sobre a História dos Kaingang na região do município da Cruz Alta do Divino Espírito Santo no século XIX. E-mail: costavini@yahoo.com.br



displacements were stimulated by the provincial government and indigenous leaders. This part of this study is a continuation of research performed in 2020-2021 which was continued in 2021-2022, both by the public call of Internal Promotion of Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Ibirubá. The documentary body of this work are letters addressed to the President of the Province of Rio Grande de São Pedro by the authorities of the City Council of Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta in which the Mato Castelhana region is located. These letters are dated to the first half of the nineteenth century, which is proven by concurrent reports. The methodology followed the discussions of Cultural History and Indigenous History. The results obtained from this work will be presented in the body of this complete research. This research provided the student who was in charge of it with knowledge of Scientific Initiation and also provided opportunities for discussions about the methodology of historical research. In addition to these points, which are more related to research-teaching, it was possible to broaden our view of the historical process of appropriation of the Kaingang indigenous territories by non-indigenous people throughout the 19th century, and it also offered a good understanding about the resistance and confrontations those people faced.

KEY WORDS: Indigenous History; Coroados; Kaingang.

INTRODUÇÃO

As populações Jê são conhecidas – tanto na História quanto na Etnografia – através de muitas designações: *Gualachos*, *Guaianá*, *Caágua*, *Ibiraiaras*, *Cabelludo*, *Botocudos*, *Bugres*, *Coroado*, *Camés*, *Pinarés*, e, finalmente Kaingang e Xocling. A maioria destes nomes eram geralmente alcunhas dadas a estes grupos por populações Guarani, e depois, utilizados por missionários e colonos (FRANCISCO, 2006, p. 45).

A partir da segunda metade do século XIX, começaram a ser criadas uma série de aldeamentos para concentrar a população indígena “Coroados”² (Kaingang) no território da Província do Rio Grande do Sul. Muitos dos indígenas transferidos para os aldeamentos de Pontão, Nonoai, Inhacorá e Guarita eram oriundos da rio Turvo e rio das Antas, e circulavam também na região do Mato Castelhana e outros espaços historicamente ocupados por este grupo de indígenas (não queremos dizer com isto que não existam mais indígenas Kaingang vivendo

² “Esta nação de índios é chamada pelos brasileiros coroados pelo costume de cortarem os cabelos à maneira dos frades franciscanos; não gostam, porém, deste apelido e a si mesmos se chamam Caingang [...]”. TAUNAY, Affonso de E. (Visconde de). **Entre Nossos Índios**. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, sd. No trecho acima foram mantidas as grafias originais. Mabilde também faz alusão à forma como o cabelo era cortado para o nome atribuído ao grupo Kaingang. MABILDE, Pierre F.A. Booth. **Apontamento sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul**. São Paulo/Brasília: IBRASA/INL, 1983.



na região do Mato Castelhana, na realidade muitos resistiram e resistem ao processo de expropriação de suas terras e estão na região até os dias atuais (KUJAWA; BADALOTTI, 2017)).

Desde o início do século XIX, a criação de estradas que cruzavam os territórios indígenas, algumas delas construídas com a própria mão-de-obra nativa, e a crescente importância econômica destes trajetos, assim como o aumento populacional de não indígenas nas áreas próximas do Mato Castelhana, como, por exemplo, o distrito de Passo Fundo, localizado no Planalto Médio Riograndense, aumentaram as disputas, conflitos e encontros entre os índios Coroados (expressão utilizada principalmente no século XIX para designar o grupo Kaingang, derivada da forma do corte de cabelo em forma de coroa) e não indígenas.

Por conseguinte, até a primeira metade do século XIX, a área do Mato Castelhana se tornou um lugar de muita tensão para os viajantes e comerciantes que transitavam por aquele espaço. Também nesta época intensificaram-se os projetos para transferir os indígenas para outros espaços e assimilá-los à sociedade nacional através da catequese, trabalho e filantropia.

O Distrito de Passo Fundo, pertencente ao município do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, até a metade do século XIX, se tornou um ponto de passagem e de paragem dos tropeiros que conduziam tropas muares para a Feira de Sorocaba, na Província de São Paulo.

Os objetivos da pesquisa, que ora é publicizada, foram de compreender melhor a política indigenista no Império do Brasil para que, desta forma, pudesse interpretar melhor os conflitos e disputas entre os indígenas Coroados e os não indígenas na região em foco. Para tanto, foram lidos e analisados pelo grupo de pesquisadores: livros, artigos, teses, dissertações e documentos referentes à região para mais corretamente compreender a tensão existente naquele espaço. A bolsista da presente pesquisa também realizou a leitura e fichamento de trechos do relato de Mabilde (1983), importante fonte sobre os Coroados no século XIX, com o objetivo de compreender melhor o universo cultural e as formas de resistência deste grupo e o avanço em seus territórios por não indígenas.

A análise referente à documentação da Câmara de Vereadores do Divino Espírito Santo da Cruz Alta na primeira metade do século XIX contribuiu, sobremaneira, para entendermos melhor a situação na região. Metodologicamente, realizamos leituras, tanto de História Indígena quanto de História Cultural, para compreender com mais minúcias os grupos em disputa.



Breves considerações sobre a política indigenista durante o Império

Os povos indígenas tiveram participação essencial nos processos de conquista e colonização em todas as regiões da América. Na condição de aliados ou inimigos, eles desempenharam importante e variados papéis na construção das sociedades coloniais e pós-coloniais (ALMEIDA, 2010, p. 9).

Como bem observa Almeida (2010), citada acima, os indígenas tiveram, e ainda têm, uma importância fundamental na construção das sociedades, sejam as coloniais ou as nacionais. Apesar desta importância, muitas vezes paira um grande silêncio sobre a história destes povos.

Quando se definiu a independência do Brasil de Portugal (1822) e iniciou-se a construção da nação, se fez necessário também erigi-la simbolicamente e culturalmente. Assim, desde o início do processo, começou-se a se pensar e repensar a questão indígena no país. Como salienta Almeida: “A ideologia do novo estado brasileiro baseava-se nos valores europeus de modernização, progresso e superioridade do homem branco” (ALMEIDA, 2010, p. 9). Destarte, uma das questões que surgiria era de como construir esta nação e qual papel caberia aos indígenas. Para o novo Estado, era importante homogeneizar aquela sociedade tão diversa étnica e culturalmente. Desde o período Pombalino, existia uma política assimilacionista que foi reforçada no período Imperial.

Durante este período, houve a construção de três imagens principais sobre o índio: os índios “idealizados do passado”, muito utilizado na construção da identidade nacional; os índios “bárbaros do sertão”, aqueles que resistiam mais ardentemente à entrada dos não indígenas em seu território e os índios “degradados” das antigas aldeias coloniais (ALMEIDA, 2010, p. 137). Para nós, interessa especialmente a imagem que representa os indígenas como os “bárbaros do sertão”, pois esta imagem criou raízes antigas e profundas e se cristalizou na sociedade regional e local que focaremos.

Os Coroados (Kaingang) da região norte do Rio Grande do Sul, na região do chamado Mato Castelhana, foram muitas vezes denominados e representados em discursos de autoridade, relatos de viajantes e não indígenas como “bárbaros”, “selvagens” e “violentos”, dentre outros estereótipos e preconceitos que foram disseminados e se cristalizaram na sociedade regional (COSTA et al. 2021). A política indigenista do Império procurava atrair e assimilar estes indígenas e, a partir da segunda metade do século XIX, a política de aldeamento se tornou uma constante na Província do Rio Grande do Sul, diversas aldeias foram então



constituídas e os indígenas foram deslocados de suas áreas de origem para estas novas aldeias, também conhecidas como toldos (MARCON, 1994, pp. 93-134). É importante salientar que nesta época os indígenas Coroados não viviam mais em suas tradicionais aldeias com casas subterrâneas, provavelmente devido aos ataques constantes dos não indígenas, tornando-se comumente mais nômades, acelerando suas movimentações e sempre prontos para fugir, caso necessário.

Em 1798 foi extinto o Diretório para a região do Grão-Pará (estabelecido na época das Reformas Pombalinas), mas suas diretrizes continuaram a ser utilizadas, inclusive no Rio Grande do Sul, pelo menos até o ano de 1845. Nesse ano, surgiu no Império do Brasil o Regulamento das Missões que ampliou e acentuou a política assimilacionista iniciada pelo Marquês de Pombal. Essa política era implantada conforme a categoria de índios a que se destinava, índios mansos ou bravios, e para cada categoria de indígenas existiam propostas diferenciadas. A criação de novas aldeias foi uma característica importante dessa política e muitas delas foram criadas na Província do Rio Grande do Sul a partir desse momento.

Conforme nos esclarece Almeida, em termos gerais:

As novas aldeias estabelecidas nesse período teriam vida curta, pois já se estabeleciam, conforme as leis pós-diretório, com a intenção de civilizar e assimilar, o mais rápido possível, os recém-aldeados. O processo de transformação dessas aldeias tardias em freguesias e vilas, com o aumento cada vez maior de não índios em seu interior, apresenta consideráveis semelhanças com os aldeamentos antigos, porém num ritmo muitíssimo mais acelerado (ALMEIDA, 2010, p. 142).

No caso específico do Rio Grande do Sul, várias aldeias se converteram em cidades e são marcadas tanto pela presença indígena quanto de não indígenas.

A política assimilacionista do Estado esbarrou durante um longo tempo na resistência dos indígenas Coroados que, através de assaltos nas estradas, ataque às propriedades e deslocamentos constantes, procuravam defender o seu território. Eles se sentiam ameaçados por estranhos e desconhecidos que chegavam a esses espaços como senhores, sendo que os senhores de tais territórios sempre tinham sido os próprios indígenas. Como nos esclarece a historiadora, “Os ‘bárbaros dos sertões’ eram os índios que se rebelavam, ocupavam terras, resistiam às novas leis e foram representados nos discursos políticos e intelectuais como selvagens, ameaçadores para a raça branca” (ALMEIDA, 2010, p. 140). Assim, os Coroados foram considerados por diversas autoridades e intelectuais como os “bárbaros do sertão” da



Província do Rio Grande do Sul. Dentro dessa perspectiva, eles deveriam ser submetidos e assimilados ou combatidos, e, dentre as ferramentas para a assimilação, estava também a catequese:

Colocamos o século XIX como período intermediário, quando a ação missionária atua, não mais sob a forma de redução, mas ao que parece, especificamente de catequese, com os aldeamentos; nota-se, portanto, um contato com o branco, envolvido numa ação assistencial e atuando como um poder moderador em relação ao processo de colonização que se instala no Rio Grande do Sul [...] (BECKER, 1995, p. 10).

Essa política de catequese visava integrar o indígena à sociedade nacional e ela foi bastante utilizada no município do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Os indígenas resistiram a essa estratégia de várias maneiras, inclusive assimilando parcialmente o que lhes importava em relação ao que os sacerdotes transmitiam, dando características próprias à nova religiosidade que estava sendo constituída.

O Distrito de Passo Fundo na primeira metade do século XIX

A história da região de Passo Fundo, especificamente a do Mato Castelhana, está diretamente vinculada à história da cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta até a metade do século XIX. Nesse período, Passo Fundo era um distrito da cidade de Cruz Alta, um dos maiores municípios em extensão territorial da Província do Rio Grande do Sul (PARIZZI, 1983; ROCHA, 1980). Por volta de 1821, um conjunto de moradores da região de Cruz Alta solicitou ao comandante de armas de São Borja uma autorização para demarcar terrenos e construir uma capela. Ainda neste mesmo ano, a autorização foi concedida e foram feitos os trâmites junto às autoridades. Cerca de treze anos depois, era instalada a primeira Câmara de Vereadores.

A Câmara foi instalada e iniciou suas atividades em 1834. Uma das preocupações dos primeiros administradores foi fazer o levantamento dos poucos prédios do recém-criado município e propor melhorias para eles, neste ofício, eram solicitados recursos para a Câmara, Casa de Misericórdia, Hospital, Reparo da Matriz, Casa de Correção e presos pobres. Os maiores recursos eram para Casa de Correção. (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 8 de agosto de 1834. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta 1834-1835. AHRS.) Apareciam como divisões administrativas do município: 1ª Vila, 2º São Martinho, 3º Botucarai, 4º Passo Fundo, 5º Palmeira, 6º São Miguel. (Ofício da Câmara do Espírito Santo de



Cruz Alta. 4 de agosto de 1834. Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 13 de agosto de 1834. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta 1834-1835. AHRs.). (COSTA et. al., 2021, p. 96).

Desde o início da ocupação desse espaço por não indígenas, os Coroados se organizam e resistem de todas as formas possíveis. Teschauer aponta sabiamente:

Ninguém sabia mais avaliar o alcance desta empresa civilizadora do que os habitantes da Vila da Crua Alta que tinham tanto que sofrer daqueles selvagens e cujas injúrias e crueldades estavam continuamente expostos. Ainda não fazia um mês que tinham feito um assalto nas imediações da Vila, mantando e roubando, e ninguém se achava que pudesse dominá-los, por serem sempre repentinos estes assaltos e protegidos pela espessura dos bosques impenetráveis (TESCHAUER, 1929, 275).

Na região onde surgiria o distrito de Passo Fundo e a norte estabeleceu-se o povo Kaingang desde remota época. O grupo Jê, entre eles os Kaingang, era formado por caçadores-coletores e horticultores que viviam próximos das regiões de araucária, tomando os pinheirais e seu fruto como algo de grande valor para eles. Segundo Batistella & Knack (2007), eles eram caracterizados como grupo semissedentário e, por praticarem uma horticultura muito pobre, viviam em constantes deslocamentos, conforme menciona Carini (2007). Em seus estudos sobre os índios Coroados, Golin (2007) afirma que “Suas aldeias eram formadas, durante muito tempo, por casas subterrâneas, em formato singular. Mais tarde, essas moradias foram substituídas por toldos. (...) Também foram apelidados pelos europeus de ‘Coroados’ (pelo corte de cabelo em forma de coroa)”.

Um outro aspecto de fundamental importância em relação a como o indígena era visto está mencionado a seguir:

[...] muitos estudiosos locais, influenciados pelo eurocentrismo e pelo preconceito, ao escreverem acerca da história da Passo Fundo, não consideram os nativos como os primeiros habitantes desta região, mas sim como elementos que faziam parte da paisagem natural (...) (KUJAWA, apud., BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 33).

Quando se intensificaram as construções de estradas para melhorar a interligação entre a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a Província de São Paulo, amentou-se também



os contatos e confrontos entre os próprios Coroados e entre os Coroados com os não indígenas. Uma primeira estrada partia de Viamão passando por Santo Antônio da Patrulha, Vacaria, Lages (SC), Castro (PR) e chegava a Sorocaba, na província de São Paulo. No início do século XIX, abriu-se um novo caminho que, partindo de Cruz Alta, passava por Passo Fundo e Lagoa Vermelha e, a partir daí, retomava o antigo caminho próximo de Vacaria. Essa estrada passava nas proximidades do chamado Mato Castelhana. Uma terceira estrada, não menos importante, foi aberta na metade do século XIX interligando Cruz Alta a Sorocaba, passando por Nonoai, pela região oeste de Santa Catarina, centro-oeste do Paraná, Ponta Grossa e chegava a Sorocaba. Tomamos como muito significativo o fato de que muitas dessas estradas de comunicação utilizadas pelos tropeiros eram antigas trilhas indígenas (BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 41).

Por essas diversas estradas, os tropeiros e suas tropas de mulas eram enviados para São Paulo, para a Feira de Sorocaba, onde eram vendidas para os fazendeiros e utilizadas no transporte de inúmeros produtos, entre eles o café (MARCON, 1994, pp. 93-134). A utilização da mula para transporte já tinha uma longa história na América do Sul.

Os mineradores hispânicos já utilizavam a mula nos Andes e nas minas de prata de Potosi. Esses animais eram adquiridos em antigos criatórios de mulas, mantidas à margem direita do rio Uruguai, em Corrientes, Entre Rios e outras províncias na direção do Paraguai (BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 40-41).

Dessa maneira, muitas vezes por contrabando, as mulas chegavam ao Rio Grande do Sul e de lá eram levadas à Feira de Sorocaba em São Paulo.

A partir do século XVII e adentrando pelos séculos XVIII e XIX, o ciclo do tropeirismo trouxe para a região do Passo Fundo muitos novos elementos populacionais e sociais. Um dos caminhos dos tropeiros passava pelo que viria a ser o Distrito do Passo Fundo e atravessava o Mato Castelhana seguindo para o que viria a ser Lagoa Vermelha, Vacaria e Lages, e tinha como ponto final a Feira de Sorocaba (BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 40).

O ciclo do tropeirismo desenvolveu-se, sobretudo, a partir do transporte e da comercialização de mulas. Com os cascos duros e com grande resistência e relativa velocidade, esse animal adaptava-se otimamente ao transporte de homens e de cargas em zonas montanhosas (BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 40).



Assim, o tropeirismo foi um grande atrativo para muitos que vieram povoar os sertões (como dito na época) da vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, inclusive o Distrito de Passo Fundo na primeira metade do século XIX. Alguns tropeiros acabaram se estabelecendo e dando origem a Cruz Alta. Passo Fundo surgiu como lugar de pouso, por ser considerado mais seguro pelos tropeiros e de boa aguada, a maior parte destes tropeiros não ousava cruzar a região do Mato Castelhana a noite, temendo os indígenas, pernoitando às margens do rio Passo Fundo, onde mais tarde seria criado o distrito e cidade do mesmo nome. Desde o início do século XIX criou-se um grande conflito e tensão entre os indígenas Coroados, os senhores da região do Mato Castelhana e estes novos passantes e ocupantes que adentravam em seu território.

Segundo um importante pesquisador, a região de Passo Fundo estava sob domínio dos índios Kaingang o que acabou retardando o processo de povoamento e, obviamente, devido à resistência deste povo, pois “os Coroados após a Guerra Guaranítica, começaram a estender-se pelas florestas do antigo Tape, expelindo os guaranis que se localizavam nessa e noutras partes do território sulino” (OLIVEIRA, apud., BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 42).

Ainda no ano de 1816, uma expedição redescobriu o Caminho das Missões, percorrido no ano de 1738 por Cristóvão Pereira de Abreu. Este percurso ligava os Campos da Vacaria a São Borja – uma das portas de entrada do gado de Corrientes para o Rio Grande do Sul – atravessando o Planalto Médio (BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 43). Esse caminho passou a ser muito utilizado, mas também tinha suas dificuldades.

Entretanto, o novo caminho também possuía trechos de difícil trânsito. Entre os atuais municípios de Passo Fundo e Lagoa Vermelha ficava um dos trechos mais perigosos: a travessia do Mato Castelhana, Campo do Meio e Mato Português, região habitada pelos índios caingangues (BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 44).

A partir da década de 1820 e intensificando-se na década de 1830, a ocupação da região de Passo Fundo começou a acontecer. Os primeiros não indígenas formavam uma população bastante heterogênea, havendo entre eles milicianos, como Cabo Neves, que receberam autorização para se fixar na região nas margens dos caminhos que eram utilizados pelos tropeiros. Também havia migrantes e imigrantes alemães, além, é claro, de caboclos e outros segmentos empobrecidos da sociedade. Em 1834 Passo Fundo já era o quarto distrito de Cruz



Alta organizado em 5 quarteirões, sendo o primeiro a Sede do Distrito e o quinto quarteirão a Estrada do Mato Castelhana (GEHM, *apud* BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 47).

Mas é principalmente na virada do meio do século XIX que se intensifica a colonização por não indígenas e, conseqüentemente, os conflitos por terras e territórios. Nesse período, também surge o aldeamento de Nonoai, importante núcleo indígena do distrito e da futura cidade de Passo Fundo (NONNENMACHER, 2000, p. 7). No estabelecimento desse distrito, foi muito importante a participação da liderança indígena dos Coroados denominada Vitorio Condá – o príncipe dos caciques (COSTA et al., 2021).

Reflexões sobre os relatos a respeito dos indígenas “Coroados”

Uma importante fonte da nossa pesquisa foi o relato de Pierre F. A. Booth Mabilde, intitulado “Apontamentos sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul”. Além deste relato, foram também utilizados apontamentos de outros autores sobre esse povo.

O autor da obra era um engenheiro belga naturalizado brasileiro que viveu e trabalhou longos anos no Rio Grande do Sul. Como engenheiro, participou da construção de diversas estradas e em um destes trabalhos foi feito cativo por um grupo de Coroados, permanecendo com eles pelo período de aproximadamente dois anos. A partir de então dedicou grande parte de sua vida a conhecer melhor este povo e seus costumes. Apesar das dificuldades de entender a língua do grupo, o cativo, utilizando intérpretes, fez contato com várias lideranças indígenas e deixou esse interessante relato. Apesar do relato ser o olhar de um não indígena sobre o povo Kaingang, é inegável a sua importância para o conhecimento da história desse grupo, bem como as disputas que ocorriam intergrupo e entre o grupo Coroados e outros grupos não indígenas na região.

A escolha do cacique principal e caciques subordinados

Os Kaingang acreditam que o ser humano é composto pelo *hâ*, um corpo perecível, e pelo *kumbâ*, o “espírito” ou “alma”, que continua existindo depois da morte. Alguém está morto quando a alma abandona o corpo. Quando alguém morre, seu espírito vai para o *numbê*, “o mundo das almas” (VEIGA, 2006, p. 163).



A escolha de um novo cacique principal geralmente ocorria após a morte do cacique anterior. Segundo Mabilde (1983), após a morte do cacique principal aconteciam as cerimônias de enterro com a participação dos chefes subordinados que verificavam a morte do cacique principal.

Os caciques subordinados também entravam no rancho do cacique falecido para confirmar a morte dele. Em seguida, anunciavam a morte do cacique para todo o grupo que esperava do lado de fora do rancho. O corpo era então retirado do centro do rancho e levado para fora pelos parentes mais próximos e o engenheiro cativo detalha: “Feito isto, todos os indivíduos presentes das tribos subordinadas principiam, simultaneamente, a dar gritos lúgubres e a fazer gestos desordenados e mesmo burlescos.” (MABILDE, 1983, p. 92)

Após, o filho mais velho do cacique convida, novamente, os quatro chefes e com eles se dirige para o rancho, donde saiu o cadáver. Dois ficam encostados à porta e os outros dois penetram no interior da habitação. Ali o filho lhes mostra o lugar onde se acham guardadas (suspensas) as armas do seu falecido pai que são tomadas – por um dos chefes, o arco; pelo outro, as flechas; e pelo filho, o varapau – levando-as para junto do corpo. Nesta ocasião, rompem em novo alarido os membros da família do cacique. Os dois velhos chefes que ficaram junto à porta recebem as armas e as depositam sobre o leito fúnebre – o arco à esquerda do cadáver e as flechas à direita, ficando o filho com o varapau. Daí a uns quatro ou cinco minutos cessa o alarido e tudo entre em novo silêncio (MABILDE, 1983, p. 92-93).

Em seguida, segue-se a cerimônia e então ocorre o reconhecimento do novo cacique principal.

O filho mais velho (com o arco e as flechas de seu pai) chega perto do cadáver, pelo lado dos pés e, elevando as armas para cima da cabeça, declara às tribos que ele é agora o chefe supremo e que o seu comportamento futuro será o mesmo que teve o seu pai, exortando as tribos a lhe obedecerem e ameaçando-as com a guerra de extermínio, em caso contrário. Uma vez proferidas estas palavras, as tribos entoam cantos que acabam, sempre em alarido e que cessam ao mento do novo cacique (MABILDE, 1983, p. 94).

Depois seguem-se as cerimônias de sepultamento e de luto. É considerável observar que o cacique principal pode também ser o enteado ou o irmão do falecido. Raramente a escolha



dos caciques subordinados recai sobre os filhos do cacique principal, geralmente essas escolhas são feitas com grande reserva pelo cacique principal, sempre procurando escutar as tribos subordinadas para tomar sua decisão.

A importância do pinhão e dos pinheirais

Os pinheirais onde as mulheres apanhavam as pinhas eram divididos entre os alojamentos correspondentes ao número de indígenas e tamanho do território. Portanto, o pinhão, diferente das outras frutas, não podia ser colhido em qualquer parte do mato, e sim somente embaixo dos pinheiros da tribo pertencente àquele alojamento.

Os pinheirais em que os selvagens têm seu alojamento são repartidos e divididos em territórios correspondentes, em tamanho, ao número de indivíduos que componham as tribos. Cada tribo, subordinada com seu chefe (cacique subordinado) em o seu alojamento particular (todos juntos formam o alojamento geral), em território que lhe é indicado pelo cacique principal (MABILDE, 1983, p. 126).

O limite entre os pinheirais de uma e outra tribo são marcados na casca do pinheiro a uma altura aproximada de 8 palmos. A coleta de pinhões em pinheirais de outra tribo, que não a própria, pode gerar uma guerra de extermínio. Geralmente as marcas são uma identidade da tribo e são usadas também no arco-e-flecha.

Manufatura das armas e sua importância

Como nos esclarece Mabilde (1983), existiam duas armas preferidas pelos Coroados: o arco-e-flecha e o varapau. O varapau era tido como a arma predileta e de grande importância simbólica para esse grupo, pois essas eram as armas utilizadas em seus combates com os intrusos.

Sobre a confecção do arco, o autor esclarece: “Antes que estes indígenas tivessem ocasião de possuir ferramentas de aço desbastavam o alburno daquelas vergôntes de ipê com pedras siliciosas até chegarem ao âmago ou cerne do pau, única parte de que se servem para fabricar seus arcos [...]” (MABILDE, 1983, p. 138). Depois que entraram em contato com os



não indígenas, os Coroados passaram também a utilizar ferramentas de ferro na confecção de seus arcos.

Cortavam o cerne do ipê do comprimento necessário e, com pedaços de grés vermelho, de grãos assaz grossos, desbastavam-no, esfregando com força o pau ao correr das fibras de madeira, até ficar bem arredondado – e afinado do meio para ambas as extremidades, depois desta operação alisavam mais aquelas partes, assim desbastadas, com outro pedaço de grés de grão mais fino, esfregando-as até desaparecerem as maiores desigualdades. Acabavam o aplainamento com uma lasca de sílex ou calcedônia qualquer que conservasse, no quebrar o lascar, um gume cortante, com o qual raspavam com sutileza o pau do arco, até ficar o mais liso possível. Depois desta operação (que às vezes era a última) aparelhavam mais, ainda, o pau do arco, alisando-o com as folhas secas de uma árvore a que os coroados dão o nome de “tué” (pronunciado aspirado). É a árvore conhecida, entre nós, com o nome de imbaíba e ambaúba – *Cecropia palmata* – cujas folhas, pela parte inferior, são ásperas, formando uma excelente lixa. Depois de bem lixado, abrem nas extremidades os entalhos chanfrados, nos quais seguram a corda. Depois de aperfeiçoados e alisados os entalhos, dão ao pau do arco o último repasso. Este consiste em aquecer o pau em fogo muito brando e untá-lo com a gordura da jacutinga (jacutinga ou jacutinga – ave do tamanho de uma galinha, que tem a plumagem preta e, sobre a cabeça um pouco de plumagem de cor branca, argêntea), que esfregam sobre o pau durante algum tempo, com um pedaço de pele de macaco, até desaparecer a gordura, tomando a madeira uma cor mais escura e lustrosa (MABILDE, 1983, pp. 138-139).

O tamanho dos arcos era variado, medindo de 7 a 8 palmos. As flechas também eram fabricadas com muito cuidado e detalhes. Segundo Mabilde (1983), raramente os Coroados envenenavam as suas flechas, o que era um hábito bastante comum em outros grupos indígenas.

Mas era o varapau a arma predileta, especialmente para o combate no mato onde os arcos perdiam e eficácia.

O varapau é geralmente feito com pau de laranjeira do mato com uma grossura variável e relativa à força do indivíduo que dele se serve, em geral tem uma, ou uma e três quartos de polegada, de diâmetro, por seis palmos, mais ou menos de comprimento. O pau é todo liso e nunca nodoso [...] (MABILDE, 1983, p. 154).

O varapau era apenas descascado e não era utilizado arte alguma na sua fabricação. Como vimos acima, o varapau tinha uma grande importância na passagem de comando do cacique principal para seu sucessor.



Disputas intertribais

Com uma festa, feita dois meses depois, os coroados comemoraram uma correria pelo Mato Castelhana, na estrada que liga os Campos do Meio, com os de Passo Fundo, em que atacaram e mataram, em novembro de 1837, dois tropeiros, um negro escravo dos mesmos e algumas mulas. A seguir saquearam tudo que lhes podia servir, inutilizando o resto dos objetos que não podiam carregar consigo. O êxito desta correria foi festejado e deu motivo a um acontecimento que, até certo ponto, deve interessar à História, no que se refere àquela nação de selvagens (MABILDE, 1983, p. 159).

Não era incomum as disputas intertribais. Guerras e extermínios eram movidos por território, por pinheirais e por outros motivos. Um dos casos mais marcantes é relatado por Mabilde (1983) e, segundo esse relato, teria surgido e perdurado por muito tempo uma inimizade entre o Cacique Principal Braga e o Cacique Subordinado Doble. Tudo teria ocorrido devido a uma suposta tentativa de traição do Cacique Doble. No entanto, segundo o autor, Braga teria percebido os intentos de Doble e feito guerra contra ele. Os dois grupos se tornaram inimigos e os aldeamentos permaneceram separados devido a esses confrontos.

Correrias e assaltos: formas de resistência a presença dos não indígenas

Quando os coroados se preparam para uma correria, o cacique principal reúne todos os chefes de tribos subordinadas e, entre si, combinam a astúcia do plano a executar na empresa. Raras vezes, o cacique principal acompanha, à testa, aqueles que fazem a correria. Só nos combates contra outra nação indígena ou nos combates contra gente branca, que os vai atacar no seu alojamento, é que lhe dirige, pessoalmente, o combate (MABILDE, 1983, p. 181).

Uma das formas predominantes de resistência a presença de não indígenas em seus territórios foi chamada genericamente por vários autores de “correrias” e “assaltos” (utilizamos a palavra “assaltos” como abordagens arremetidas contra os intrusos). Na realidade, tratava-se de expedições de guerra que os Coroados travavam contra os invasores de seus territórios. Na estrada do Mato Castelhana ocorriam ataques a viajantes, comerciantes e tropeiros (COSTA et al., 2021). Por mais que sejam poucos os documentos que retratam esses momentos, e poucos



também os casos de ataques graves, é inegável que essa estrada era um ponto sensível de contato e conflito entre indígenas e não indígenas.

Segundo nos relata Becker:

Os motivos que levam à quebra do relacionamento e que consideramos como causas de guerra, podem ser resumidos como o próprio antagonismo entre os grupos indígenas; a luta pela subsistência com a invasão do território reservado; a vingança de uma ofensa; o ultraje à sua liberdade e o desrespeito por determinados princípios éticos ligados especialmente à organização social e política (BECKER, 1995, p. 286).

Todos estes fatores poderiam gerar uma guerra intertribal ou contra os não indígenas. As correrias e assaltos eram organizadas pelo cacique principal e caciques subordinados. Becker (1995), comentando o relato de Mabilde (1983), explica da seguinte maneira a organização e planejamento do combate:

O planejamento geral era feito entre o cacique principal e os caciques subordinados que se reuniam para tal emergência. Essa reunião decidia os pormenores da luta. O comando da expedição ficava com um dos caciques subordinados que era escolhido por sua coragem e destreza nas armas. O número de indivíduos destacados para a luta estava condicionado à distância ao local a atacar e ao próprio perigo do ataque. A chefia do grupo, assim formado, somente competia ao cacique geral quando, a luta era contra uma nação indígena inimiga ou contra o branco que o ia atacar em seu alojamento geral (BECKER, 1995, p. 294).

O próprio surgimento do Distrito do Passo Fundo ocorreu em virtude ao medo e imaginário que cercava esse trajeto. A grande maioria dos tropeiros pernoitava em Passo Fundo e somente no outro dia seguia sua viagem. Como pontuam Batistella e Knack (2007), comentando um trecho de outro autor local, a verdade é que os índios da tribo dos Coroados não promoviam ‘emboscadas traiçoeiras’, e sim, resistiam ferozmente à ocupação da região.

Nos documentos analisados nesta pesquisa, a Câmara de Vereadores da Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta demonstra essa preocupação por parte das autoridades locais. Esses documentos apontam que a opinião das autoridades variava entre o puro e simples combate e extermínio das populações nativas ou o aldeamento em outros locais, a catequese e filantropia. Em 1848 foi solicitado à Câmara que realizassem a “melhoria e retirada de capoeiras que



interditavam a estrada do Mato Castelhana e Mato Português e acusava a presença constante de indígenas na estrada. Havia inclusive a proposta de atear fogo no mato para afastar os indígenas” (COSTA et al., 2021, p. 97). Por consequência, o ataque a transeuntes nessa estrada foi uma das formas de resistência dos Coroados.

A partir do aumento de interesse do Estado e de empresas privadas de colonização, surgiram também os “bugreiros”, grupos especializados em caçar e exterminar os indígenas e que muitas vezes capturavam as crianças indígenas dos Coroados e de outras etnias e as entregavam à famílias não indígenas para serem “civilizadas”. Como salienta uma pesquisadora, essas atividades do bugreiros eram “apoiadas pelos governos provinciais, algumas dessas empresas chegam a formar grupos civis para exterminar os índios. Esses grupos ficaram conhecidos como ‘tropas de bugreiros’” (NONNENMACHER, *apud* BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 49).

A ação dos bugreiros foi devastadora em muitas regiões onde grupos inteiros foram exterminados, os sobreviventes foram constringidos a se aldear nos espaços definidos pelo Estado sob rigorosa vigilância das autoridades e doutrinação dos sacerdotes. Muitas lideranças indígenas, como Vitorino Condá – o príncipe dos caciques – trabalharam em conjunto com as autoridades imperiais e províncias para conseguir atrair grupos de Coroados e estabelecê-los nas áreas determinadas como forma de sobrevivência.

Na fala de Teschauer, após vários confrontos tentando resistir à invasão de seus territórios, o grupo de Vitorino Condá migrou e estabeleceu-se na aldeia de Nonoai.

[...] por seus cruéis e sanguinolentos ataques e emboscas, tinham-se feito tão impossíveis, conforme o próprio cacique Vitorino confessou, que já não achavam mais um paradeiro onde não fossem atacados por seus inimigos: é por isso que procuravam a proteção do Governo (TESCHAUER, 1929, p. 355).

Como a historiografia tem analisado, o grupo de Vitorino Condá migrou da região de Palmas - Paraná, mais para ao sul, na metade do século XIX (SOUZA, 2014), chegando ao então município do Divino Espírito Santo da Cruz Alta por volta de 1846 (COSTA et al., 2021).

Um outro mecanismo utilizado pelas autoridades foram as Companhias de Pedestres, outra ação para trabalhar a situação com os indígenas. Desde o fim da década de 1830, as autoridades da vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta solicitavam a formação destas



companhias para conter os indígenas considerados por estas autoridades uma ameaça (COSTA et al., 2021). Na década de 1840, a Companhia de Pedestres foi organizada e deveria se preocupar com o bem-estar dos indígenas, mas, de fato, trabalhavam muito mais para garantir a segurança dos habitantes do Distrito de Passo Fundo. Essa mesma estratégia já havia sido utilizada em outras províncias, como Santa Catarina, que, ainda em 1836, havia criado uma Companhia de Pedestres em Itajaí para perseguir e dar combate ao “gentio” (SANTOS, 1987, p. 66).

A Companhia de Pedestres de Passo Fundo foi criada em agosto de 1846 e seu comando foi dado ao Capitão Marcelino José do Carmo. Ela foi organizada para percorrer as matas, atrás de índios, para retê-los nos aldeamentos e para com a “necessária moderação”, fazer com que se aplicassem nas plantações de roças (NONNENMACHER, 2000, p. 18).

Um desses locais de aldeamento foi a região de Nonoai. Pelas documentações que analisamos até o presente momento da pesquisa, percebemos que vários indígenas Coroados foram deslocados da região de Passo Fundo para Nonoai e deste local para outras aldeias (COSTA et. al., 2021). As Companhias de Pedestres continuaram atuando nessa região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa ainda está se desenvolvendo, encerramos uma etapa, mas novas possibilidades se abriram para novos questionamentos e busca de respostas. Verificamos ao longo desta narrativa que, na primeira metade do Século XIX, os indígenas Coroados resistiram aos avanços cada vez mais frequentes em seus territórios pelos não indígenas (estancieiros, fazendeiros, colonos, ervateiros, caboclos, viajantes, comerciantes e contrabandistas).

Um de nossos intuitos foi apresentar a noção de territorialidade que esteve presente no cotidiano dos índios Coroados. Eles marcavam com desenhos específicos suas áreas de exploração dos pinheirais, algo fundamental para sua sobrevivência mesmo entre os grupos de indígenas. Estas demarcações eram respeitadas e sua violação poderia gerar uma guerra de morte contra o violador, fosse ele indígena ou não. Assim, podemos apenas imaginar, obviamente com base na historiografia e nos documentos, o impacto que deve ter tido a chegada dos não indígenas em seus territórios. Os índios resistiram de todas as formas e maneiras que



se encontravam disponíveis e de acordo com as regras culturais e de guerra que o grupo possuía, bem como com suas armas tradicionais.

Também é possível vislumbrar a luta entre os grupos de Coroados com diferentes lideranças, muitas delas inimigas de morte. Em qualquer grupo humano ocorrem disputas por territórios, por bens alimentares, por cunho político, dentre outros fatores. Entre os Coroados, não era diferente. Líderes como o Cacique Braga e o Cacique Doble tornaram-se inimigos e assim permaneceram durante suas vidas. Suas diferenças não teriam um plano de fundo maior, ou seja, diferentes maneiras de lidar e se relacionar com o não indígena invasor? Essa pergunta merece uma resposta ainda a ser buscada em novas pesquisas. Outras lideranças, como Vitorino Condá, preferiram negociar com os governos e aldear-se para sobreviver naquele mundo cada vez mais adverso e perigoso.

Muitas vezes, a forma de resistência se deu através de uma resposta violenta à violência com que os indígenas estavam sendo tratados há muito tempo. As chamadas “correrias” marcaram a primeira metade do século XIX, pois, procurando defender seu território, os indígenas atacavam viajantes, comerciantes e, até mesmo, moradores não indígenas. Na região em foco, como esperamos ter demonstrado, muitas destas “correrias” ocorreram na região do Mato Castelhana, distrito de Passo Fundo.

No entanto, essa não foi a única forma de resistência. Os Coroados também resistiram dentro dos aldeamentos ou quando não se submetiam às regras impostas, ou quando burlavam essas regras. Esses povos também resistiram, aceitando ou não, o aldeamento, bem como aceitando ou não a catequese, ou realizando alianças com não indígenas para sobreviverem em um universo que havia se tornado extremamente hostil. Sempre existiu e existirá espaço para a resistência, seja de forma prática ou simbólica. Assim, os indígenas da região em foco resistiram e resistem até hoje de diversas formas e lançam mão de variadas estratégias de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na História do Brasil**. Editora FGV, 2010.

BATISTELLA Alessandro. KANACK, Eduardo Roberto Jordão. II - Antologia do município de Passo Fundo: A cidade e a região durante os séculos XVII, XVIII e XIX. Pp. 29-63. In: BATISTELLA Alessandro. **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Meritos, 2007.



BECKER, Ítala Irene Basile. **O Índio kaingáng no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. Unissinos, 1995.

COSTA, Marcus Vinicius da et al. Capítulo 7: Discursos e representações construídos historicamente nos ofícios da Câmara da Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta sobre os povos nativos (1840-1860). *In*: CESAR, Denise Jovê; CARVALHO, Diogo Moreno Pereira. **Pesquisas no ensino básico, técnico e tecnológico: interdisciplinaridades 2**. Rio Branco: Stricto Sensu, 2021.

FRANCISCO, Aline Ramos. **Selvagens e Intrusos em seu próprio território: A expropriação do território Jê no Sul do Brasil (1808-1875)**. [Dissertação de Mestrado]. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006.

KUJAWA, Henrique. BADALOTTI, Rosana Maria. **Conflitos territoriais envolvendo indígenas e agricultores: o caso de Mato Castelhano, Rio Grande do Sul**. XVII ENAMPUR. São Paulo, 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessesos_Tematicas/ST%202/ST%202.10/ST%202.10-09.pdf. Acesso em: 10 de jul. 2021.

MABILDE, Pierre F.A. Booth. **Apontamento sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul**. São Paulo/Brasília: IBRASA/INL, 1983.

MARCON, Telmo (coord). **História e Cultura Kaingang no Sul do Brasil**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1994.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

PARIZZI, Marilda Kirst. **Passo Fundo sua História e evolução**. Berthier, 1983.

ROCHA, Prudêncio. **A História de Cruz Alta**. Cruz Alta: Mercúrio, 1980.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Minc/Pró-Memória/INL, 1987.

SOUZA, Almir Antônio de. **A INVASÃO DAS TERRAS KAINGANG NOS CAMPOS DE PALMAS. O PROCESSO CONTRA A LIDERANÇA INDÍGENA VITORINO CONDÁ (1839-44)**. *In*: Mediações – Revista de Ciências Sociais. V 19. Nº 2. Londrina: UEL, 2014.

TAUNAY, Affonso de E. (Visconde de). **Entre Nossos Índios**. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, sd.

TESCHAUER, Carlos S.J. **Poranduba Rio Riograndense**. Porto Alegre: Ed. Livraria do Globo, 1929.



VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006.

Artigo recebido em: abril/2022

Artigo aceito em: agosto/2022